

## **“A FAMÍLIA CORTA DA PRÓPRIA CARNE”:** ENTRE AS MEMÓRIAS DE CALÚ E A HISTORICIZAÇÃO DAS PEDAGOGIAS DE GÊNEROS NA FAMÍLIA

Autor (1) *Ciro Linhares de Azevêdo*; Co-autor (2) *Rafaella de Sousa Silva*;

*Autor (1):* *Ciro Linhares de Azevêdo, Mestre em História - Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, ciroufcm@hotmail.com*

*Co-autor(2):* *Rafaella de Sousa Silva, Mestre em História - Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, lela\_cubati@yahoo.com.br*

### **Resumo**

Esse artigo utiliza da história oral para compreender as várias temporalidades que atravessaram as narrativas produzidas por Maria de Calú, proprietária do pioneiro “bar gay” de Campina Grande(PB), sobre suas experiências com os marcadores de identidades de gênero no cotidiano familiar. Assim, na trama de significados produzidos sobre si nas narrativas de memórias de Maria de Calú irei tecer os fios de várias temporalidades, experiências e saberes normatizadores que constituíram sua relação com a família e o cotidiano dentro de práticas sociais de controle dos corpos e pedagogias binárias de identidades de gênero. Realizo nas próximas linhas breves reflexões sobre o papel da família para reafirmar “papéis identitários”, por suas historicidades, escorregadios, pretensamente inoculados em corpos e mentes também históricos, posicionais e estratégicos, sendo a família peça fundamental na produção do habitus. Analiso a relação das experiências cotidianas na família atravessadas pelos discursos produtores de sujeitos desde a construção do projeto da modernidade ocidental. Evidencio as práticas de "evitação" aos membros da família que fogem as identidades objetivadas no cotidiano da casa, geradoras de experiências de violências nas relações entre os membros da casa. Em seguida, analiso as experiências e saberes nas narrativas produzidas por Maria de Calú, foi a partir do projeto de vida desejado para ela pelo pai e a família que surgiu a oportunidade de subverter o poder a partir dele mesmo, produzindo astúcias para subversão nas noções binárias de gênero. Para tecer olhares acerca destas interações, usamos os diálogos teóricos fornecidos principalmente por Judith Butler, Michel de Foucault, Michel de Certeau e Erving Goffman.

**Palavras-chave:** Família; Gêneros; Astúcias; Atores Sociais

*“Minha mãe me disse há tempo atrás/Onde você for Deus vai atrás/Deus vê sempre tudo que você faz/Mas eu não via Deus/ Achava assombração, mas...Mas eu tinha medo! Eu tinha medo!/Vacilava sempre a ficar nu lá no chuveiro, com vergonha/Com vergonha de saber que tinha alguém ali comigo/Vendo fazer tudo que se faz dentro dum banheiro”.*

## **1. Apresentação da protagonista da trama**

Maria Santana dos Santos, protagonista dessa narrativa, nasceu em 01 de janeiro de 1936, na cidade de Campina Grande – PB. Morou a vida inteira no bairro do Catolé, mais afastado do centro e residencial. Em 1985, devido a medidas de controle do comércio de carne na feira tomadas pela prefeitura municipal de Campina Grande, ela abandonou o emprego de Marchante e encontrou alternativa abrindo o primeiro “bar gay” da cidade, que funcionou até o ano de 1996, o “bar de Maria de Calú”. Esse estabelecimento transformou Maria de Calú em uma das personagens mais respeitadas e queridas da comunidade *queer* de Campina.

No processo da pesquisa, usei da produção de fontes orais. A história oral permite aproximar a História da crônica, pode-se alcançar o “rés-do-chão”, o mais corriqueiro, as entranhas do cotidiano que só podem ser escritas pela produção das lembranças dizíveis nas linhas e entrelinhas das narrativas dos entrevistados. As entrevistas foram produzidas em vários encontros entre os anos de 2010 e 2014, realizadas na residência da interlocutora.

A busca estabelecida nesses escritos é possível por voltar-se para construção narrativa da memória como parte do processo de individuação, pois a articulação das lembranças de Maria de Calú são *processos de subjetivação*. Narrar-se e enunciar-se é parte de um processo de construção e invenção da existência, não desconsiderando a concretude da existência, mas possibilitando significar-se. Na trama de significados produzidos sobre si nas narrativas de memórias de Maria de Calú tecerei os fios de várias temporalidades, experiências e saberes normatizadores que constituíram sua relação com a família e o cotidiano dentro de práticas sociais de controle dos corpos e pedagogias binárias de identidades de gênero.

## **2. Breve historicização: entre o cotidiano familiar e a banalização das encenações dos “atores sociais”**

A construção memorialística da infância por Maria é recheada de fragmentos que remetem a apropriação discursiva dos primeiros anos de vida como momento estratégico de “interpelar”, nomear, definir, demarcar caminhos possíveis, levantar muros para constituição dos sujeitos dentro de uma política de constituição de identidades para si. Nas narrativas ouvidas, vividas, sentidas, saboreadas, os olhos, gestos, o tom de voz alternaram com mais intensidade e a velocidade entre a

firmeza, fraquezas, outras vezes olhos marejados, vezes pupilas mais abertas nas lembranças da *família*<sup>1</sup> - instituição que comumente tem seu caráter histórico negado – que dói no tremor da voz ou na preferência pelo silêncio de algumas lembranças. Antes de expor a noção de família construída pelo sujeito dessa pesquisa, realizarei nas próximas linhas breves reflexões que nos ajudará a compreender a relação das lembranças de Maria de Calú com suas experiências em família, entre as décadas de 1940 e 1970.

A ótica de que a família é sempre palco para ensaiar o grande espetáculo dos papéis legitimados no teatro público. A relação entre filhos, pais e irmãos representa as primeiras e mais dilacerantes apresentações às normas: os abusos das estratégias de poder são misturados com a obrigação do afeto e noção da família como germe do sujeito, raiz e fonte afetiva primária; os primeiros “ensinamentos” ou “correções” dadas pelos pais seriam com o intuito de solidificar uma espécie de “identidade primária” a ser resgatada. A fragilidade e dimensões alternativas da subjetividade do sujeito na infância potencializam o caráter estratégico da família como voz para nomear os sujeitos, repetidas vezes, com repertório “pedagógico” variado. A casa é o espaço para os primeiros estigmas e cardápio, ainda não tão variado, de identidades e possibilidades de identificação.

Foi durante a formação do projeto de sociedade ocidental da modernidade que o espaço familiar passou a exercer parte fundamental, transformando o aprendizado do cotidiano em “banal”, já que os procedimentos são vividos no dia-a-dia. A família, nessa perspectiva histórica, exerceu uma pressão organizadora sobre os indivíduos, imprimindo condições de existência, modos de agir e pensar que deveriam adequar os indivíduos às condutas desejadas no projeto de sociedade da técnica e das verdades científicas. No mundo ocidental da ciência e da técnica “[...] a sociedade, então, se explica pela formação de redes de inovações, objetos espaciais e conhecimentos que abarcam todo o ecúmeno e produzem uma homogeneização de “o que fazer”, “como fazer” e “por que fazer” dos indivíduos” (COSTA, 2010, p.26).

É relevante, dentro dessa concepção de sociedade ocidental (principalmente do século XIX) organizada de maneira funcional e racionalizada pelos discursos políticos-científicos da modernidade, perceber a produção de “atores sociais” dentro de uma perspectiva interacionista para Goffman (1996). Nesse conceito, os indivíduos vivem representações, atuações constantes nas sociabilizações em cenários específicos, ou seja, vagam pelos diversos cenários que tornam

---

<sup>1</sup> “(...) por mais que no século XIX a família possa ter continuado a obedecer um modelo de soberania, podemos perguntar se, a partir meados do século XIX talvez, não há uma espécie de disciplinarização interna da família, isto é, uma certa transferência, no interior mesmo do jogo de soberania familiar, das formas, dos esquemas disciplinares, dessas técnicas de poder que as disciplinas proporcionavam (...) ela se torna uma microcasa de saúde que controla a normalidade ou a anomalia do corpo, da alma; ela se torna o quartel em pequeno formato e, talvez, se torne o lugar em que circula a sexualidade.”(Foucault, 2006, p.143,144 *apud* VIEIRA, 2006; p.130)

possíveis a invenção ou perpetuação de instituições possibilitando a *performance* do ator social diante dos outros e de si, em papéis formados por “aparências” e “maneiras”. Na sociedade, mais intensamente nas sociedades industriais do século XIX, vive-se um conjunto de cerimônias que reafirmam e renovam valores morais naturalizados pelos diversos procedimentos de panópticos (FOUCAULT, 2005) garantindo o seu funcionamento por suas instituições, servindo para disciplina dos corpos e incorporação das normas.

Os estigmas dos “papéis sociais” são aprendidos como forma de tornar coerentes as normas. A família ocupou papel de instituição, também construída e posicionada nas estratégias de poder em seu cotidiano, caracterizado pela trama de micropoderes que o forma e interagidos para “banalizar” vivências a fim de naturalizar concepções, a exemplo da naturalização da heteronormatividade. São também nas interações em família que os indivíduos exercem regras a serem seguidas, institucionalizam e estabelecem sanções aos desvios de “maneiras” que possam vir do outro e de si.

A “banalização” da noção binária e essencialista dos gêneros têm na família espaço de vigilância de condutas dos corpos, dos gestos e de estilos. Para seus membros, a família torna-se espaço de ambíguo entre o desejo de afetividade entre os integrantes e a relação de controle em uma instituição corriqueiramente vista como formada pelas relações íntimas, mas percorrida em seu cotidiano por noções compartilhadas socialmente. A relação dos pais com os filhos é caracterizada pela suposta continuidade que os infantes deveriam ser dos seus progenitores, dessa forma, a família nuclear caracteriza-se um espaço de reafirmação de disciplina. Os filhos são projetos interpretados e interpelados constantemente.

Nesse contexto familiar, a sexualidade ocupou papel significativo para as práticas de disciplina e constituição dos sujeitos dentro do normativo. Atitudes que fujam ao binário (masculino/feminino, hetero/homo), acidentes no projeto heteronormativo de coerência dos indivíduos na relação sexo-gênero-sexualidade, são punidos, ensinados, mascarados, violentados, pedagogizados, pois subverter as noções de feminino e masculino quebra a ilusória certeza de que filhos (as) serão pais/mães e maridos/esposas no futuro, pondo em jogo a própria família, enquanto instituição dentro das relações de poder e com função produtora de sujeitos.

Constituir-se quebrando o protótipo da família sexista, heteronormativa e nuclear, expondo a multiplicidade pela qual os indivíduos desejam, montam estéticas variadas e instáveis de existências, põe em cheque a noção de origem ou essência, as possibilidades de disciplina, tendo em vista que os destinos múltiplos dos filhos são vistos como causa/efeito do enfraquecimento da família enquanto instituição promissora para produzir sujeitos com coerência e corpos disciplinados. Ora, sua existência une o privado e o público, intimidades são vividas e vigiadas,

desejos são expostos e envergonhados no sentimento de culpa, medo ou duplicidade da vida dos membros familiar.

Os desejos e as sensibilidades da sexualidade na casa permitem reafirmar a noção de Foucault (2005a) que ao invés da casa ser o espaço de redução da sexualidade ao casal e da heterossexualidade, seria o lugar onde a família desde o século XIX é uma rede de prazeres-poderes que se articulam de maneiras diferentes, em múltiplos pontos e com relações móveis. Com a ascensão de alguns discursos médicos, jurídicos e pedagógicos no século XIX, no espaço da casa ocorreu a separação entre o adulto e a criança, os pais e os filhos, meninos e meninas, o quarto do casal e dos filhos, intensificou-se a atenção ao controle da sexualidade da criança, vigilância a masturbação dos infantes, a atenção atribuída a puberdade, “[...] tudo faz da família, mesmo reduzida às suas menores dimensões, uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis”(FOUCAULT, 2005, p.54).

Assim como as instituições pedagógicas e psiquiátricas, desde a modernidade, a família passou a ocupar o papel de organizar os espaços e fiscalizar comportamentos, mas ao mesmo tempo gerou outra maneira de distribuir os jogos de poderes com espaços de alta saturação sexual possibilitando a multiplicação das sexualidades na casa.

Os familiares, que poderiam ser trunfo para resguardar ou amenizar as adversidades enfrentadas socialmente por sujeitos *queers* ao expor o fracasso da heteronormatividade, tornam-se as primeiras experiências de violência que atravessam e constroem barreiras que influenciarão na vida e futuro desses indivíduos. O cotidiano dentro de casa torna-se tão incerto quanto na rua, na escola, sendo que em casa as assertivas são mais cruéis pela ligação afetiva dos seus membros.

Quando a família depara-se com o fracasso do seu papel disciplinar nos corpos e desejos dos filhos(as), a casa torna-se rua, o privado e o público se confundem, a insegurança do desconhecido torna-se a violência do íntimo em práticas de homofobia família. Duas experiências vividas no multiverso *queers* que jamais serão enfrentadas no mundo heterocêntrico: uma é a de “assumir-se”, processo de interrogação pessoal em oposição à expectativa social. “A segunda experiência comum é que fomos, cada um de nós, em algum momento de nossas vidas, inferiorizados por nossas famílias simplesmente, mas especificamente, por causa de nossa homossexualidade” (SCHULMAN, 2012, p.69).

A homofobia familiar tem dimensões variadas desde correções e desrespeito, que expõem não o reconhecimento das suas experiências, de simples tolerância até atos de exclusão da vida familiar, expulsão de casa, agressões físicas e negação como membro da família. Repetidas vezes, homossexuais são punidos em casa ou na rua por familiares por uma suposta culpa de uma ação sem prejuízos ao cotidiano do outro, o íntimo torna-se assunto de família a partir do momento que

os discursos que alicerçam a homofobia familiar são fios condutores da forma como os indivíduos constituem seu desejo e se relacionam com o outro. Sujeitos gays, lésbicas e *queers* são alvos constantes de falsas acusações que patologizam, estigmatizam e constroem estereótipos para justificar exclusões e agressões (sem cometer generalizações) (SCHULMAN, 2012).

Não é a existência dos sujeitos *queers* que gera a agressão, mas o desejo de reconhecimento que desestabiliza verdades e torna estruturas inseguras, assim como a família disciplinadora e punitiva. As situações de evitação<sup>2</sup> de sujeitos *queers* em várias circunstâncias da vida cotidiana ganham dramaticidade quando ocorrida em família, pois a ideia de uma instituição marcada pela privacidade do cotidiano impede e dificulta intervenções de terceiros em conquistar negociação, comunicação ou até interdição de agressões.

### **3. Entre o poder e as astúcias do cotidiano: a experiência de Maria de Calú e o casamento como instrumento de libertação**

Para Maria de Calú foi a partir do projeto de vida desejado para ela pelo pai e a família que surgiu a oportunidade de subverter o poder a partir dele mesmo, usar as armas do seu perpetrador para construir e viver novas experiências, o desejo pelo outro, as sensações despertadas pelo outro, a busca do contato físico, a consolidação dos primeiros amores, as primeiras transgressões às fronteiras discursivas do desejo. O saudosismo da primeira relação homoafetiva, a idealização do amor e suas características físicas têm suas primeiras experiências na mata, nas brincadeiras com outras meninas, mas já longe dos olhares da casa, como dito por Maria de Calú a seguir:

Lembro que o primeiro amor da minha vida era como se fosse uma índia, tinha o cabelão grande e nós íamos brincar no roçado, era bem grandão, e minha primeira vez foi lá. Fui crescendo e não queria namorar, aí foi ficando diferente eu fugia pra conversar com as meninas. Meu pai só achava ruim porque todas casaram, e eu fiquei.<sup>3</sup>

A elaboração da memória, para Maria, segue a linearidade desejada para significar sua identidade lésbica no presente. Sua infância e juventude são elaboradas como sucessão de “fatos” que demonstram para ela sinais que explicam o seu presente, Maria aponta para o caráter interessado que produzimos o passado atravessado pelas experiências do presente.

---

<sup>2</sup> “Evitação é quando as pessoas são cortadas, excluídas de participarem em conversações, comunidades, estruturas sociais; a elas não é permitida qualquer voz sobre como elas mesmas são tratadas, não podendo falar ou retrucar. A evitação é uma forma de crueldade mental que é desenhada para que se finja que a vítima não existe ou nunca existiu” (SCHULMAN 2012, p.74).

<sup>3</sup> Entrevista realizada com Maria de Calú em 25 de maio de 2011

Além da idealização dos primeiros amores, as lembranças de Maria chamaram atenção para o conflito com seu pai pela falta de interesse em “casar” e constituir família. A ausência de namorados na juventude, a falta de interesse por achar namorado e futuro marido, Maria passou a ser pressionada dentro de casa para casar, pois suas irmãs e primas sinalizaram o suposto sucesso do projeto de futuro na família para filhas mulheres. O medo de “seu Calú”, nas décadas de 1950 e 1960, em sua filha não ter casado, pode apontar para uma série de discursos que viam na pedagogia do corpo, dos atos, sentidos e comportamentos da mulher uma forma de estabelecer as diferenças entre o masculino e o feminino.

O medo de Maria não casar, era o medo de a filha oferecer risco a preservação da “honra” do pai e da família que passava pelo controle da sexualidade e preservação da virgindade. Segundo Araújo(2011), esses valores circulavam pelo cotidiano em ações pedagógicas sustentadas pelos discursos médicos vindos do século XIX que sustentavam a necessidade de intervenção dos saberes médicos sobre o corpo feminino, além dos saberes jurídicos que objetivavam e mediavam as relações cotidianas pelas leis e normas estabelecidas em relação com o contexto histórico e social. Nessas perspectivas, é no corpo da mulher que reside a honra masculina, é na normatização do corpo feminino que há garantia da condição de masculinidade do pai e marido. A noção de honra na cultura ocidental até as últimas décadas do século XX exerceu a função de criar vínculo de fidelidade do feminino com o masculino, e justificar a normatização deste dentro de condutas morais.

Para Araújo (2011), pela virgindade a mulher guardava em seu corpo a honra do pai e da família. Pelo ritual do casamento ela seria a guardiã da honra do marido, simbolizado no juramento de fidelidade ao homem, pois o corpo feminino seria instrumento de manutenção da respeitabilidade da figura masculina. Um dos campos de produção desses valores, ligados ao corpo da mulher, remete-se ao discurso médico do século XIX. Para este, o útero justificava o desequilíbrio emocional da “natureza feminina”, sendo assim, o conhecimento médico produzia uma “verdade sobre o sexo” feminino para demarcar as diferenças entre o homem e a mulher.

Dessa maneira, o corpo da mulher passou por um processo de medicalização social e moral justificada na “histerização” da natureza feminina. O corpo feminino passou a ser objeto de análise, normatizado e disciplinado por ações pedagógicas de saberes advindos das ciências do século XIX.

Assim era dever social da família, proteger o corpo feminino e cabia à educação, pedagogizar a diferença sexual com disciplina, higiene, proteção e controle, envolvido por valores morais, como a honra e pelo sentimento da vergonha como uma forma de controle social e uma disciplina sobre si (ARAÚJO, 2011, p.56).

A vida da mulher fora do casamento poderia ser gerida pelos desejos sexuais que teriam como consequências os “desvios sexuais” e desequilíbrio da saúde. Dessa forma, para o saber médico do período moderno, a forma de evitar o desenvolvimento desses desvios era a experiência da maternidade, que controlaria os instintos sexuais e evitaria que a mulher fosse acometida pela “histeria”. A mulher teria sua conduta sempre predisposta à patologia, à histeria, sendo a perda da virgindade, mais especificamente o sexo fora do casamento, o maior risco para o descontrole da “sexualidade” feminina e prática do adultério.

As diferenças entre os prazeres possíveis ao corpo do homem e os prazeres possíveis ao corpo feminino foram bem definidos. Para o homem, o prazer sexual era uma necessidade natural de manter sua condição de masculinidade, assim as fronteiras de comportamento entre o masculino e feminino via no homem —[...] a sagacidade de controlar suas necessidades brutais por meio do trabalho, da bebida ou do estudo. As mulheres, como não tinham este tipo de controle, só podiam tornar-se histéricas (NATALIE DAVIS, 2001, p. 107). A necessidade do controle da sexualidade da mulher foi exposta no cotidiano de Maria pelas ações do seu pai:

[...] meu pai batia em mim... eu tinha namorada... saía no sábado de noite e só voltava na segunda de manhã, o cassete comia, ele mandava eu ir embora viver com quem eu quisesse e eu me casei por conta disso, pra ter minha liberdade. Ele queria que eu casasse pra o povo deixar de falar, então eu casei, mas casei já esperando o dia viver minha própria vida.<sup>4</sup>

Nessa pedagogia dos gêneros, pela qual a sexualidade da mulher deveria ser interdita, consistia a preocupação do pai de Maria por ela não ter casado. O corpo deveria ser controlado, interdito, até machucado e punido para resguardar a honra do pai e da família. A ação do pai foi a tentativa de adequar o comportamento de Maria, antes que as desconfianças sobre a família e os boatos que circulam pela “boca do povo” se concretizassem. Foram produzidas ações e enunciados diários dentro de casa para que ela casasse, porém exatamente neste que consistiu as astúcias de Maria para construir outras possibilidades de vida para si.

O casamento tornou-se uma prática de liberdade do projeto de vida cobrado pelo seu pai:

Quando eu já tava com uns 25, 22 anos tava conversando com um rapaz lá fora, meu pai saiu, viu e entrou em casa, quando eu entrei meu pai disse “Com aquele rapaz ali você não se casa!”. E eu perguntei: “Por que meu pai? Por que não me caso?” e ele respondeu que era porque ele era moreno, meu pai era racista. Pois foi com ele que eu casei... Basta! Não tive quinze dias de relações com ele, meu casamento durou 45 dias, só Deus sabe como foi à lua de mel, horrível!(Riu bastante)<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada com Maria de Calú em 25 de maio de 2011

<sup>5</sup> Entrevista realizada com Maria de Calú em 25 de maio de 2011.



O casamento pode representar uma estratégia para perpetuação das normas para relações de gênero a partir da família, além de simbolizar a transferência da custódia da filha para a condição de esposa. A condição para adequar-se à lógica sexista, ironicamente representou o artífice, a astúcia e tática encontrada por Maria para transgredir e conquistar maior autonomia em relação ao pai, casar para sair da casa do pai, mas casar com alguém que ele não simpatizava pelo estranhamento do outro por características étnico-raciais: além de confrontar, possibilitou realizar o desejo do pai sem garantir a satisfação dele por completo, pois Lourival era negro e o pai de Maria não permitiria o casamento, sendo uma afronta. Porém, para o pai, acabou sendo a possibilidade de “salvaguardar” a honra casando Maria. Abaixo a fotografia do dia do seu casamento:



Figura 1 - Fotografia no dia do casamento entre Maria de Calú e Lourival Santos, década de 1950. Acervo particular de Maria de Calú.

Na fotografia chama atenção o vestido de noiva de Maria, ressaltando trações de “feminilidade”, atualmente lembrados entre risos, que nada se parecem com o “meio-sorriso” exposto na fotografia acima. No decorrer de suas falas sobre o casamento e a escolha do marido, Maria atenta para o fato dele não ter emprego e ser dependente dela para o sustento da casa, pois ela trabalhava de marchante na feira municipal de Campina Grande, o que a livraria da tutela do pai e possibilitaria uma maior autonomia em relação ao marido. Os boatos de que a filha do “seu Calú” era “sapatão” fizeram o pai fugir do preconceito por Lourival ser negro e autorizou o casamento.

Antes do matrimônio, o casal nunca havia trocado carícias, o ônus da união não demorou a aparecer na lua-de-mel, nomeada por Maria, como cenário de terror, talvez visão construída pela sua sensibilidade no presente. A primeira noite ela fugiu para a casa das primas, porém a segunda não conseguiu escapar de “deitar” com Lourival. Nessa noite, a lua só espiou pela brechinha da telha o olhar melancólico de quem assumia o fardo penetrador do poder, mesmo como astúcia para subversão. “Escapei na primeira noite, mas depois não teve jeito e ele dormia com uma faca do

tamanho do mundo do lado e eu dizia “pra que essa faca, pra mim que não é, só se for pra sua mãe”.  
Aí era uma briga toda noite; eu tava viciada eu brigar (Riso) <sup>6</sup>.

O clima de tensão entre o casal era simbolizado por uma faca que Lourival guardava ao lado da cama durante a noite, com o intuito de intimidar Maria em algum confronto. A faca é simbolicamente objeto fálico: a agressão se dá pela penetração, a faca intimida pelo medo da morte física e o falo, centro simbólico de uma dominação, que mata aos poucos a vontade de desejo, de reconstituir-se e reconstruir. Melancolicamente, a faca ficava ao lado da cama como garantia que Maria cedesse ao falo que deslizava com o prazer com gosto de morte em vida, prende-se o choro com um desejo aguçado que impulsiona cada vez mais astúcias de liberdade. Porém, no cotidiano, os papéis de atividade eram subvertidos.

A lembrança do casamento, durante as entrevistas, é ressaltada várias vezes com a tentativa de expor a vingança por casar, deitar - mesmo que poucas vezes - com Lourival dos Santos, teria caráter de sacrifício com recompensa, deitar com a norma para usar, deslocar e transgredir. Durante o dia ela trabalhava, reclamava por ele não contribuir para o sustento do lar “ele era ruim porque não trabalhava e eu sustentava ele... trabalhava na feira ai deixei e depois abri o bar, na feira tinha uma tabela e o marchante não podia vender sem a tabela e ia preso, ai eu deixei(...)”<sup>7</sup>. O casamento inverte o sexismo quando Maria assume o papel de mantenedora da “casa”, sustento das bebidas e boemias de Lourival. Porém, acabou garantindo a ela certa autonomia para depois livrar-se do casamento.

Maria foi casada com Lourival por quarenta e cinco dias, período marcado por intensas brigas, que eram a desculpa perfeita para evitar relações sexuais. Negar qualquer tipo de desejo por Lourival dá, para Calú, uma noção estabilizadora a identidade lésbica assumida hoje. As brigas e a ausência de desejo expõem a construção da memória como definidora de uma *trajetória* que dê lógica e segurança para a necessidade de verdade para o exercício de si, legitimando o que foi deslegitimado, tornando *trajetória* o que foi em outros momentos desvio. O casamento transformou-se de estratégia para disciplinar Maria, dentro das noções feminilidade, em astúcia utilizada para sair de casa. Segundo ela, sua companheira já esperava a separação e, em certo, dia expulsa Lourival de casa quando ele chega ao lar maltrapilho e maltratado pela bebida e boemia:

[...] fui casada um mês e quinze dias, ele não teve culpa eu já me casei com essa intenção eu já tinha uma namorada e eu pedi a ela um mês para casar e depois ficar com ela, durou mais um pouquinho, todo dia eu arrumava uma briga com ele até que um dia ele chegou bebo e eu peguei garapa e botei ele pra fora (de casa)<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Entrevista com Maria em 25 de maio de 2011.

<sup>7</sup> Entrevista com Maria em 25 de maio de 2011.

<sup>8</sup> Entrevista com Maria em 25 de maio de 2011.

A necessidade de certo grau de liberação do olhar da família é o que possibilitaria a Maria produzir táticas a procura de maior autonomia. A relação com Lourival e a condição de Calú na casa deu aberturas para ela iniciar tentativas de viver sua sexualidade revertendo seu cotidiano. Na casa do pai, as ações punitivas seriam com mais constância, casada e saída da casa do pai, novas experiências contribuíram para ela construir práticas de liberdade em maior exercício de si sobre si. A tutela do pai representaria um *estado de dominação*<sup>9</sup> mais rígido e imóvel restringindo o leque de experiências a serem vividas, mesmo as primeiras experiências sido vividas na infância e adolescência, representando acidentes nas normas familiares, havia sempre o retorno para casa do pai, que trazia sentimentos de culpa e vigilância, menor sentimento de autonomia e força para construção de uma vida na intimidade.

O casamento, ironicamente, foi a possibilidade de circular por entre o poder para conquistar novas formas de viver sua sexualidade, pois quando casou com Lourival já vivia com outra mulher e após os quarenta e cinco dias foram morar juntas:

Depois eu botei uma mulher para morar comigo que eu passei dez anos. Quando meu pai soube mandou dizer “Diga a Maria pra de oito horas ta na minha casa”... Pronto! Eu imaginei logo que fosse babado<sup>10</sup>, nessa época não existia esse negócio de babado não, eu vi logo que era forte. Quando cheguei lá era na hora do café -- tinha umas coisas que minha mãe fazia e eu gostava -- daí meu pai mandou eu sentar e disse “Soube que você está com uma mulher dentro da sua casa”, eu respondi “Ainda bem que o senhor disse, ‘na sua casa’, que agora é minha casa” Aí ele deu dez minutos para eu mandar ela embora, respondi a ele que ela passa dez minutos e dez anos se quisesse, eu tava na minha casa e nela mando eu<sup>11</sup>.

A fala de Maria acima expõe os papéis de gênero na organização da família nuclear. Seu pai “ordena” que chame Maria em sua casa para “mandar” ela expulsar sua companheira de casa, enquanto isso sua mãe prepara comidas que ela gosta para agradar, diminuir a tensão e passar o sentimento de pertencimento a casa. As relações de poder dentro da família ficam explícitas, quando o pai(masculino) é a representação de governo dos filhos e a esposa e mãe(feminino) deve gestar e cuidar da emotividade do espaço privado. No entanto, Maria desestruturou essa organização e

---

<sup>9</sup> “Essa análise das relações de poder constitui um campo extremamente complexo; ela as vezes encontra o que se pode chamar de fatos, ou estados de dominação, no quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas.” FOUCAULT (2014, p.260)

<sup>10</sup> Expressão usada com o sentido de afirmar que o individuo compartilha o modo de vida de determinada cultura gay.

<sup>11</sup> Entrevista com Maria em 25 de maio de 2011.

quebrou seu laço com a instituição da família ao reivindicar na casa e sustento próprios sua autonomia. A fala de Maria demarcou o evento de corte do seu “cordão umbilical”.

A tentativa de normatizar e educar os gestos, atos e desejos de Maria, com o casamento acabou dando a possibilidade para ela expulsar o marido, conseguir independência material e afetiva. Após os 45 dias trágicos de casamento, Maria trouxe para sua casa aquela que considera um dos seus grandes amores na sua *trajetória* - lembra como aquele amor que esteve mais de dez anos ao seu lado e que ajudou a criar seu filho Alberto dos Santos<sup>12</sup> (fruto de seu casamento).

Investigar as experiências de si pela autonarração<sup>13</sup>, que Maria fez nos momentos de conversas interessadas e entrevistas, permite analisarmos nossas próprias possibilidades de existência, a construção de nós mesmos em trabalhos artísticos da invenção de si. A relação das existências saboreadas nesta narrativa – com a história e com a compreensão da estética humana – está em analisar as possibilidades de reinventar-se, que livram os seres humanos da condição de capachos do cotidiano, para artistas da existência, utilizando o existente em novas combinações, produzindo novas relações de poder e éticas de existência no cotidiano.

## Referências

ARAÚJO, Eronides Câmara de. “Fazer de algumas passagens, quadros e quem sabe um dia, você possa Assinar”: homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor / Eronides Câmara de Araújo. – Campina Grande, 2011. 295

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. \_ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Benhur Pinós da. *Espaço social, cultura e território: o processo de microterritorialização homoerótica*. In.: *Espaço e Cultura*, UERJ, N.27, 2010b. P. 25-37.

---

<sup>12</sup> Alberto dos Santos hoje vive na Suíça e é Bailarino, também é homossexual. Sua relação com sua mãe foi temática do documentário *Maria de Calú*. Dirigido por Carlos Moska e Ronaldo Nerys, em 2009, Campina Grande.

<sup>13</sup> “O sujeito se constitui para si mesmo em seu próprio transcorrer temporal. Mas o tempo da vida, o tempo que articula a subjetividade não é apenas um tempo linear e abstrato, uma sucessão na qual as coisas se sucedem umas depois das outras. O tempo da consciência de si é a articulação em uma dimensão temporal daquilo que o indivíduo é para si mesmo. E essa articulação temporal é de natureza essencialmente narrativa. O tempo se converte em tempo humano ao organizar-se narrativamente. (...) Por isso, o tempo no qual se constitui a subjetividade é tempo narrado. É contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que nos damos a nós próprios uma identidade no tempo” (LARROSA, 1994, p. 66).

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo, Edições Graal, 2005a

GOFFMAN, E. *A Representação do EU na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. “Pedagogias da sexualidade”. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*/ Guacira Lopes Louro (Org.); Tradução dos artigos: Thomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SCHULMAN, S.. *Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento*. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 4, nov. 2012. Disponível em: <http://incubadora.ufrn.br/index.php/Bagoas/article/view/460>>

